

FUTEBOL: perspectivas de um patrimônio cultural em suspenso¹

Rafael Henrique Teixeira-da-Silva²

Silvio Ricardo da Silva³

Belo Horizonte, MG, Brasil

RESUMO: No presente artigo, pretende-se apresentar um quadro atual a respeito do futebol enquanto patrimônio cultural. O mesmo se desenvolveu com o intuito de contribuir para o debate patrimonial do futebol e refletir sobre a relevância que o tema atingiu nos últimos anos. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica em bases online, organizada por termos de pesquisa, divididos em categorias que visaram orientar e facilitar a análise da produção acadêmica. Apesar de alguns contrassensos encontrados nos trabalhos analisados, considera-se que há a inauguração de uma discussão ainda incipiente nos estudos do futebol. Nesse sentido, ressalta-se a importância de construir um arcabouço teórico capaz de englobar a complexidade dessa temática, prezando por medidas que colaborem efetivamente para a proteção das materialidades e imaterialidade desse patrimônio dinâmico, afetivo e comunitário.

Palavras-chave: Patrimônio. Futebol. Cultura. Identidade.

SOCCKER: portraits of a suspended cultural heritage

ABSTRACT: In this article, we intend to present a current picture about soccer as a cultural heritage. The research was developed in order to contribute to the soccer debate and reflect on the relevance that this theme has achieved in recent years. The methodology used was bibliographic research on an online basis, organized by search terms, divided into categories that aimed to guide and facilitate the analysis of academic production. Despite some contradictions found in the studies analyzed, it is considered that there is the inauguration of a discussion that is still incipient in the studies of football. In this sense, the importance of building a theoretical framework capable of encompassing the complexity of this theme is emphasized, valuing measures that effectively collaborate for the protection of the materialities and immaterialities of this dynamic, affective and community heritage.

Keywords: Cultural Heritage. Soccer. Culture. Identity.

FÚTBOL: retratos de un patrimonio cultural suspendido

RESUMEN: En este artículo, pretendemos presentar una imagen actual sobre el fútbol como patrimonio cultural. El mismo se desarrolló con el fin de contribuir al debate sobre la equidad

¹ O presente estudo contou com auxílio financeiro da CAPES, por meio do Programa Nacional de Pós-Doutorado.

² Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer – UFMG. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. E-mail: rafahts@hotmail.com

³ Professor Titular da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer – UFMG. EEEFTO - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Av. Pres. Antônio Carlos, 6627. Campus - Pampulha – Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901. E-mail: prof.srs@gmail.com

futbolística y reflexionar sobre la relevancia que ha adquirido la temática en los últimos años. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica en línea, organizada por términos de búsqueda, dividida en categorías que tuvo como objetivo orientar y facilitar el análisis de la producción académica. A pesar de algunas contradicciones encontradas en los estudios analizados, se considera que se está inaugurando una discusión que aún es incipiente en los estudios del fútbol. En este sentido, se enfatiza la importancia de construir un marco teórico capaz de abarcar la complejidad de esta temática, valorando medidas que colaboren efectivamente para la protección de las materialidades e inmaterialidad de este patrimonio dinámico, afectivo y comunitario.

Palabras-clave: Patrimonio. Fútbol. Cultura. Identidad.

Introdução

Longe das aspirações do niilismo moderno, existem alguns equívocos que ainda necessitam de ser revisitados. Ao nos distanciarmos da ilusão racionalista de reformar e aprimorar o mundo por meio da ciência, deparamo-nos com o fato de que somente nos últimos anos o futebol recebeu a devida atenção como uma distintiva forma de patrimônio. A exaustão do projeto civilizatório moderno nos permite conciliar razão e emoção no entendimento do futebol na qualidade de patrimônio cultural. Um verdadeiro legado, que possui uma vasta capilaridade nas humanidades, já que é praticado, fruído e utilizado enquanto atividade de lazer, ferramenta de poder e meio de resistência.

Nesse contexto, pretende-se analisar a concepção do futebol enquanto prática de lazer e autêntico patrimônio cultural brasileiro. Tal questionamento surge da comparação com outras grandes expressões culturais do país, como o samba e a capoeira, que são bens registrados e reconhecidos no âmbito nacional e internacional. Levando esses elementos em consideração, surgem algumas dúvidas: Porque o futebol não é considerado patrimônio cultural brasileiro? Quais são os principais obstáculos na patrimonialização deste bem cultural?

A partir destas problemáticas, pretendemos analisar as bibliografias mais relevantes que abordam o futebol enquanto possível patrimônio cultural. Nesse sentido, deve-se adiantar que a temática vem crescendo nos últimos anos, sobretudo nos campos da antropologia, arquitetura, educação física, geografia, história e turismo (GAMMON; RAMSHAW, 2007). Sem embargo, como será demonstrado ao longo do texto, é perceptível a presença de pesquisadores que adentram a temática do patrimônio cultural sem o devido aprofundamento na história, legislação, instituições e categorias desta área de estudos. Adiantamos que o patrimônio não deve ser utilizado como um ornamento ou adereço, como se a institucionalização pudesse conceber mais prestígio à essa atividade esportiva e de lazer, apagando o racismo, a utilização política, a elitização, a mercantilização e a violência, muitas vezes atreladas ao futebol.

Delineados alguns aspectos da abordagem patrimonial do futebol, intenciona-se

argumentar que é necessário abolir toda ingenuidade com relação aos bens patrimoniáveis. Ao serem ressignificados e antropofagizados, os elementos culturais são acionados com intuítos, propósitos e simbolismos específicos. Nesse sentido, temos de pensar formas de ir além das utilidades políticas e econômicas do patrimônio, voltando-se mormente para as questões sociais e culturais do futebol, colocadas à serviço da comunicação, da humanização e da mediação entre pessoas, tempos e espaços (CHAGAS, 2013).

Patrimônio : origem e desenvolvimento

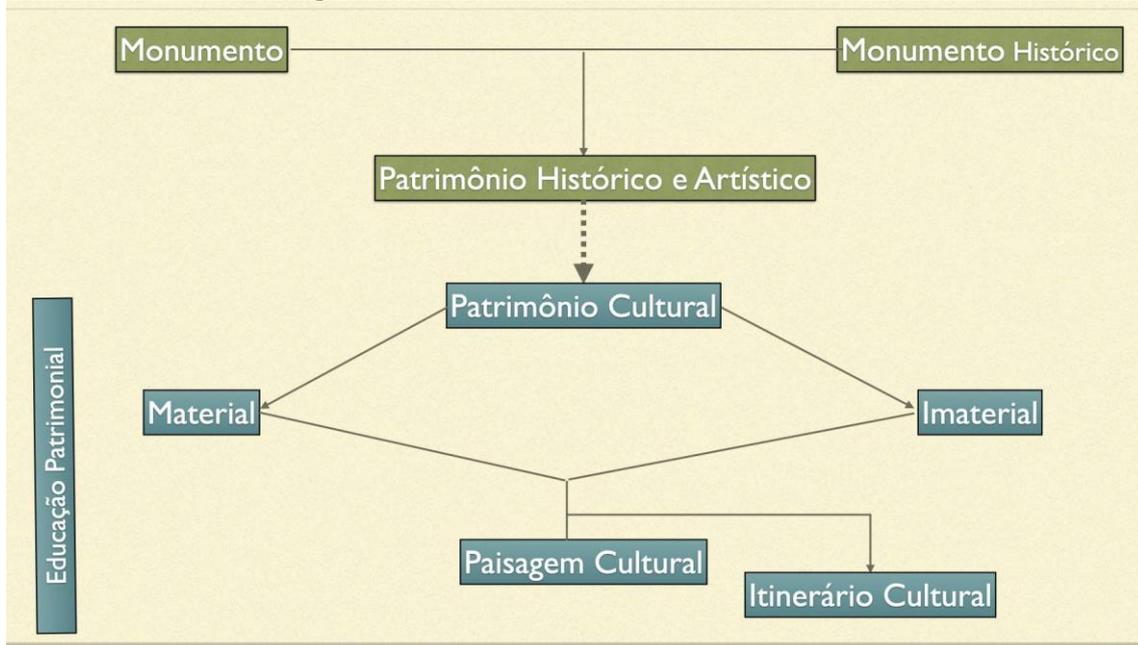
Outrora vinculado aos bens familiares de origem patriarcal, individual e aristocrata, o conceito de patrimônio percorreu uma longa trajetória até sua compreensão contemporânea (FIGURA 1). Nesta senda, o patrimônio passa por um processo de extensão tipológica, cronológica e geográfica (BRITO HENRIQUES, 2003). Seu embrião está intimamente ligado à ideia de monumento e de monumento histórico. O primeiro, surge no século XV em Roma, associado aos artefatos deliberadamente concebidos com o sentido de fazer lembrar a memória. Ou seja, conservar o presente e preservar a memória para as seguintes gerações. Já os monumentos históricos são concebidos na conjuntura da Revolução Francesa e não possuem essa intencionalidade memorial no momento de sua criação. Tais valores são concebidos *a posteriori*, por olhares convergentes de historiadores e estudiosos da arte.

A partir destas duas compreensões, valores nacionais, educativos, artísticos e econômicos são incorporados ao patrimônio, que passa a compreender não somente objetos isolados, como também conjuntos de edificações e áreas urbanas. É nesse cenário que vai ocorrer a mundialização de valores e referências eurocêntricas do patrimônio, consagradas após a Assembleia Geral da UNESCO⁴ de 1972 (CHOAY, 2001)

A proteção do patrimônio histórico e artístico brasileiro começa a tomar grandes proporções no final da década de 1930, com a criação do então denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan)⁵. Em um contexto no qual o país passava de um modelo agroexportador para um urbano-industrial, o Estado empreende um processo de concepção institucional do campo cultural (CALABRE, 2009). As primeiras décadas de funcionamento da instituição – chamada de fase heroica – foi marcada pela falta de recursos e estrutura, além do privilégio ao patrimônio de “pedra e cal”, sobretudo as construções religiosas, militares e as edificações suntuosas.

⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁵ Futuramente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O Iphan é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo, responsável pela preservação do patrimônio no Brasil. A instituição possui 27 superintendências (uma em cada união federativa).

Figura 1 – Quadro Teórico do Patrimônio

Fonte: Elaboração própria.

No final da década de 1970, sob a tutela de Aloísio Magalhães, o Iphan⁶ passa por um período de revisão das políticas de preservação, visando operacionalizar um entendimento mais abrangente de patrimônio cultural. Houve assim, uma distensão da atuação do Estado sobre o patrimônio não-consagrado, intrínseco às culturas populares, indígenas e afro-brasileiras. A Carta Constitucional de 1988 vai consolidar as novas dimensões e conotações do patrimônio nos artigos 215 e 216, considerando-o como um conjunto de bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade e à memória dos grupos constituintes da sociedade brasileira.

Com a redefinição da concepção de patrimônio, o conjunto de bens materiais passa a compreender o patrimônio arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, das belas artes e das artes aplicadas. Por conseguinte, o conjunto de bens imateriais vai abarcar as práticas, representações, conhecimentos e técnicas que as comunidades e grupos sociais reconhecem como seu legado cultural. Além de reconhecer a existência de bens culturais materiais e imateriais, a constituição define como instrumentos de preservação e salvaguarda do patrimônio o tombamento⁷, o inventário⁸ e o registro⁹.

Durante a década de 1990, ocorre um verdadeiro desmonte das instituições federais de gestão cultural, além da adoção de políticas neoliberais e do enxugamento do

⁶ Antigo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

⁷ É o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido. O tombamento é um ato administrativo realizado pelo Poder Público com o objetivo de preservar, por intermédio da aplicação legislativa específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo para uma população.

⁸ O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que constituem marcos e referências de identidade para grupos sociais específicos.

⁹ O registro é um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial do Brasil, composto por elementos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira.

estado, o que acaba por dificultar a implantação de programas que se destinavam à preservação patrimonial. Por outro lado, é possível constatar a descentralização e disseminação de órgãos estaduais e municipais de conservação, voltados para uma exploração turística do patrimônio.

É somente no início dos anos 2000 que os ideais contemporâneos estabelecidos pela Constituição de 1988 são colocados em prática de modo mais efetivo, por meio de políticas públicas de preservação que reconduzem o Brasil a uma posição de vanguarda na esfera patrimonial (PORTA, 2012). Nesse momento, a atenção é voltada para outra dimensão do patrimônio, que busca ir além das edificações e elementos materiais, procurando por processos culturais presentes no cotidiano das camadas populares, inerentes à construção das identidades sociais.

O patrimônio imaterial ou intangível se estende às práticas sociais, festas, artesanatos, músicas, gastronomias, oralidades, conhecimentos, técnicas, lugares e instituições comunitárias que possuem valor para o funcionamento social (CAPEL, 2014). Paralelamente a esses acontecimentos, tem princípio uma mudança de postura das instituições responsáveis pelo patrimônio, que passam a prezar pela inserção de novos atores sociais nos processos de patrimonialização, visando tornar o mesmo mais democrático e permanentemente vinculado a conteúdos educativos. Assim, a educação patrimonial ganha destaque ao estimular e qualificar a participação da sociedade na preservação do patrimônio, contribuindo também para a mediação de conflitos sociais ocasionados pela institucionalização dos bens culturais.

No cerne desse movimento, surgem categorias mais heterogêneas, como a de paisagem cultural¹⁰ e de itinerário cultural¹¹, que se encontram dentro de um quadro mais amplo de valorização patrimonial do território. Ainda dentro desse espectro de renovação, são celebrados novos tipos de bens e elementos culturais, incluindo o patrimônio esportivo, industrial, marítimo, rural, geológico, geomorfológico, entre outros.

Atualmente, há uma tendência de revisar o papel e a postura das entidades que tem a finalidade de pesquisar, proteger e promover o patrimônio nas instâncias municipais, estaduais e federal. *Pari passu*, existe uma necessidade explícita por incorporar sujeitos e grupos sociais historicamente silenciados, além de um aporte teórico e conceitual que consiga suplantiar a concepção eurocêntrica do patrimônio, globalmente disseminada.

No interior desse debate, o futebol pode surgir como um elemento que vai dar força a essas novas teorias patrimoniais. Partindo dos pressupostos clássicos do patrimônio, essa notável expressão cultural, esportiva e de lazer apresenta diversos bens materiais que poderiam ser tombados, incluindo os centros de treinamentos, as sedes

¹⁰ A paisagem cultural pode ser definida como um trabalho em conjunto do homem e da natureza, que representam a evolução de uma sociedade e dos assentamentos humanos sob a influência de determinantes físicos e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais.

¹¹ O itinerário ou rota cultural é toda via de comunicação terrestre ou aquática, que possui uma dinâmica específica e uma funcionalidade histórica, sendo o resultado do intercâmbio de pessoas, bens, ideias, conhecimento e valores entre diferentes povos, países e regiões.

dos clubes, os estádios, as medalhas, as taças, os uniformes e todo o acervo histórico. O registro enquanto bem imaterial é manifesto nas maneiras de praticar o esporte, nas formas de torcer, nas músicas entoadas nos estádios e nos processos de preparação das equipes (MELO; PERES e FONSECA, 2017). Ao darmos um passo adiante, podemos ainda mencionar as culinárias dos estádios e seus entornos, as rivalidades históricas entre clubes e toda a alegoria circunscrita na experiência estética do futebol.

De maneira geral, levando em consideração sua contribuição para a construção da nação e para o ordenamento e uso do espaço urbano (MASCARENHAS, 2014), o futebol suporta uma visão do patrimônio que compreende espaços, objetos e práticas. Ou seja, um recurso do passado, renovado e ressignificado constantemente de acordo com os sentidos, valores e expectativas da sociedade. Um patrimônio que ultrapassa a dicotomia cartesiana entre *res extensa*¹² e *res cogitans*¹³, entre material e imaterial, se apresentando como uma mistura viva de temporalidades e espacialidades no presente.

Procedimentos metodológicos

Ao aludir para o crescimento gradual nas publicações que remetem ao futebol enquanto patrimônio cultural, realizamos uma análise qualitativa da produção acadêmica sobre essa temática (HEALEY e HEALEY, 2016). A avaliação do estado da arte levou em consideração os diversos gêneros de produção acadêmica, a formação dos autores, as diferentes perspectivas metodológicas, além de problemas, obstáculos e perspectivas dos trabalhos (VASCONCELOS, 2013).

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica em bases online, que compunham os trabalhos indexados nos seguintes depósitos de dados: Banco de teses e dissertações da Capes¹⁴, B-on¹⁵, Periódicos Capes¹⁶ e Scielo¹⁷. A busca foi organizada por termos de pesquisa que seguiam critérios de coerência, consistência e objetivação (PAZZETTO, 2003), divididos em categorias que visavam orientar e facilitar a análise da produção acadêmica.

Nas buscas utilizamos diversos descritores, como: “futebol e patrimônio”; “patrimônio futebolístico”; “patrimônio esportivo”; “memória e futebol”; “identidade cultural e futebol”. Sendo assim, uma leitura mais aprofundada se tornou necessária, levando em consideração as dificuldades impostas pela amplitude dos termos. Graças à pouca ocorrência da temática nos trabalhos acadêmicos, não foi possível restringir a busca ao título, resumo e palavras-chave, sendo necessária a leitura por completo dos manuscritos que possivelmente abordassem a tônica pesquisada.

Com formatos e objetivos distintos, foram encontrados 19 trabalhos acadêmicos

¹² Definido por Descartes como o espírito, o sujeito pensante, que encontra impedimento numa *res extensa*.

¹³ Definido por Descartes como a substância que não pensa, a matéria, o corpo.

¹⁴ <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

¹⁵ <http://www.b-on.pt>

¹⁶ <https://www.periodicos.capes.gov.br>

¹⁷ <https://www.scielo.br>

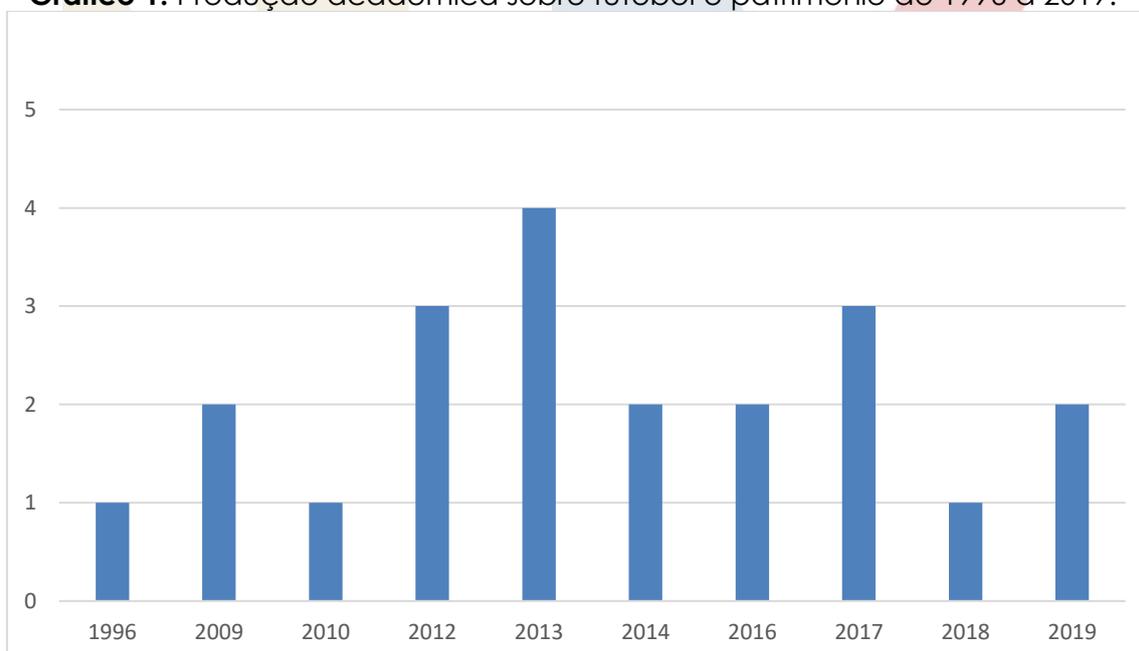
(QUADRO 1) durante o período de 1996 a 2019 (GRÁFICO 1). Há uma perceptível predominância por artigos científicos, fato que vai refletir diretamente na profundidade dos estudos realizados. Provavelmente embebidos no entusiasmo da escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e as Olimpíadas de 2016, houve um crescente na produção acadêmica, que teve seu primeiro artigo em 1996 e o segundo somente no ano de 2009. Após esse longo hiato, constata-se uma continuidade das pesquisas – mesmo que em pequena quantidade – reafirmando a importância que a temática assumiu contemporaneamente.

Quadro 1. Publicações acadêmicas sobre o patrimônio futebolístico.

Publicações Acadêmicas	
Categoria	Quantidade
Artigo Científico	14
Anais de Evento Acadêmico	1
Trabalho de Conclusão de Curso	1
Capítulo de Livro	1
Dissertação de Mestrado	2
Tese de Doutorado	2
Total	21

Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 1. Produção acadêmica sobre futebol e patrimônio de 1996 a 2019.



Fonte: Elaboração própria.

Futebol e patrimônio

Na busca pela verdade e não na sua posse que damos seguimento em nosso estudo. No amplo espectro das humanidades, nos deparamos com 21 produções textuais que se debruçam sobre o futebol enquanto patrimônio. Com o intuito de facilitar a análise da produção de conhecimento sobre o assunto em debate, foram definidos três eixos temáticos para apreciação: 1) Educação Física, Comunicação e Turismo; 2) Geografia e Arquitetura; 3) História e Antropologia. Tais agrupamentos foram definidos por afinidade, abordagem do tema, perspectivas teóricas e metodológicas, que acabam por aproximar algumas disciplinas e campos do conhecimento. Aparentemente, nossa maior dificuldade seria a de associar essas diferentes áreas das humanidades que possuem características próprias. Sem embargo, a verdadeira complexidade recaiu sobre a confluência de trabalhos de diferentes níveis de percuciência e relevância.

No que tange o eixo “Educação Física, Comunicação e Turismo”, devemos ressaltar de antemão que apenas dois trabalhos apresentam contribuições mais concretas, pois buscam estimular reflexões sobre o patrimônio futebolístico e definir o que e como esse bem cultural deve ser objeto de proteção. “Quem sabe um dia a gente não transforme o futebol em patrimônio cultural deste país, porque o futebol é cultura”, com essa frase de 2007, proferida pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no evento que marcou o registro do samba como patrimônio, Marcelo Chimento (2016) inicia sua argumentação baseada na retórica da perda. Assim, o autor acredita que a adoção de modelos internacionais tem levado à elitização dos estádios e ao desaparecimento de práticas tradicionais.

Ao atrair o olhar para os possíveis bens materiais e imateriais do futebol que podem ser considerados patrimônios culturais, Chimento (2016) resalta que o patrimônio não pode ser visto apenas como uma mercadoria, devendo possuir reconhecimento do seu público e ressonância das pessoas que fazem parte dele. Para exemplificar, o autor argumenta que conjuntamente com o tombamento do Estádio do Maracanã em 2000, deveria ter havido um maior cuidado com a preservação da cobertura do estádio, com a disposição da arquibancada, assim como com o preço dos ingressos, que acabaram por diminuir a diversidade dentro do recinto. Outro fator que poderia ter sido incorporado no projeto de preservação é o registro do “geraldino¹⁸” como forma de expressão cultural, enquanto símbolo de manifestação do torcedor.

Complementando o que foi dito anteriormente, Melo, Peres e Fonseca (2017) dizem que o futebol e o esporte de maneira geral ficaram à margem da política de preservação do patrimônio nas primeiras décadas de atuação do Iphan. Assim, tudo o que não era associado diretamente ao continente europeu acabou sendo preterido. Os autores sugerem que o futebol historicamente sofre de preconceito intelectual, fato que pode ter dificultado sua salvaguarda. Contudo, os mesmos lembram que o valor patrimonial é atribuído segundo interesses, conjunturas e critérios específicos,

¹⁸ Assíduos frequentadores do Estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã), que assistiam aos jogos na geral do estádio.

reconhecendo que a narrativa esportiva não foi central no reconhecimento da Roda de Capoeira como patrimônio em 2008.

Para além dos argumentos supracitados, Melo, Peres e Fonseca (2017) evidenciam o conjunto de modos de fazer e viver associados ao esporte, bem como formas de torcer e praticar o futebol, sendo esses aspectos parte integrante de diferentes *ethos* corporais. Ressalvas são feitas, mencionando possíveis exageros ocorridos na tentativa de proteger o futebol, como foi o caso do registro dos gols de Arthur Antunes Coimbra (Zico) no Estádio Maracanã. Os autores entendem que para ser registrado, um bem deve se apresentar como uma marca deixada por um grupo social ao longo do tempo. Assim, o feito de uma pessoa específica não apresentaria continuidade histórica, impossibilitando sua patrimonialização. Outros excessos serão relatados posteriormente, sendo a maioria deles relacionados com a possibilidade de ganho de capital político por parte de agentes públicos.

Para obter um patrimônio mais democrático, Melo, Peres e Fonseca (2017) ressaltam a necessidade de promover novos olhares para a cidade e para o passado, compreendendo os mesmos de forma mais heterogênea. De tal maneira, uma concepção crítica da realidade pode encorajar reflexões sobre o espaço público, suscitando reivindicações pela formulação de políticas mais inclusivas e abrangentes no âmbito do patrimônio, do lazer e da cultura.

Em um panorama geral sobre os outros trabalhos deste eixo, foi possível constatar um amplo desconhecimento teórico do campo patrimonial e uma vasta gama de estereótipos vinculados ao futebol. Com o objetivo de averiguar como o futebol influencia na vida do carioca e se o mesmo se enquadraria como patrimônio municipal, D'Onofre, Barbosa e Fernandes (2009) não conseguem superar o paradigma da democracia racial proporcionado pelo futebol.

Os autores se baseiam em dois argumentos para a patrimonialização do futebol: 1) Que o mesmo faz parte da história do Rio de Janeiro; 2) Que a institucionalização traria mais um atrativo turístico para a cidade. Consequentemente, na visão dos autores, a chancela seria uma mera constatação factual e um adorno voltado para conquistar turistas. Ainda que seja difícil precisar um único propósito para o patrimônio, não podemos fugir de sua orientação ao saber e ao prazer (CHOAY, 2001), do seu papel de aprendizado com o passado servindo de ensinamento para o futuro, muito menos de sua função na educação cidadã e na construção de um sentimento de pertencimento (FONSECA, 1997).

Outros dois trabalhos pecaram ao tratar o tema com superficialidade e ao apontar elementos do senso comum como motivos para a preservação do futebol. Oliveira e Lopes (2011) ficam presos à retórica de que o Brasil é o país do futebol e que ele seria o cartão de visitas da *terrae brasilis*. Já Paz (2009), estabelece como meta de sua tese estudar o futebol como uma manifestação popular brasileira de extrema importância no cenário cultural. Para uma tese de doutoramento, os resultados ficam muito aquém das

expectativas. O autor se detém à listagem cansativa de elementos folclóricos, músicas, livros, revistas e outras expressões que tenham se referido ao futebol. Assim, o trabalho se aproxima mais de um livro de crônicas e curiosidades, carecendo de cientificidade, criticidade e uma verdadeira contribuição para o tema escolhido (FRANÇA e VASCONCELLOS, 2009).

No momento em que voltamos nossa atenção para a série de trabalhos do eixo “Geografia e Arquitetura”, temos em mente que o foco aqui recai sobre a relação do homem com o espaço apropriado, com o espaço qualificado, adjetivado, seja ele geográfico ou arquitetônico. A partir desse prisma, Gilmar Mascarenhas (2019) aponta que o futebol é um importante agente na destruição e reconstrução das cidades contemporâneas. O autor demonstra que os estádios (suportes materiais dessa prática esportiva) passam por transformações consecutivas, tendo em vista demandas e possibilidades direcionadas para o mercado.

Mascarenhas (2019) notabiliza a centralidade do futebol no rearranjo espacial do tecido urbano, desde sua chegada no país. Primeira escala dos interesses hegemônicos, a produção capitalista do espaço submeteu a memória futebolística à segunda classe durante a renovação do parque dos estádios brasileiros, devido à realização da Copa do Mundo de 2014. Essa nova racionalidade da economia do futebol, que busca requalificar e refuncionalizar os estádios, leva inevitavelmente à gentrificação, que vai culminar no soterramento da diversidade e na exclusão da alteridade popular. Os efeitos negativos são sentidos no âmbito material, mas é, sobretudo, no âmbito imaterial que constatamos os efeitos dessas ações.

Mascarenhas (2019) aponta que o torcedor não é passivo nesses espaços, ele busca ser protagonista, ressaltando assim, as formas de expressão coletivas, os cânticos, o bailado das aglomerações, as comidas e bebidas emblemáticas. Elementos extraviados pela arenização, que transformam o estádio em um estúdio de televisão. Por fim, o autor advoga em favor da proteção dos estádios, já que a radical alteração nas formas afeta diretamente seus usos, se manifestando contra as novas arenas que destroem a cultura do torcedor.

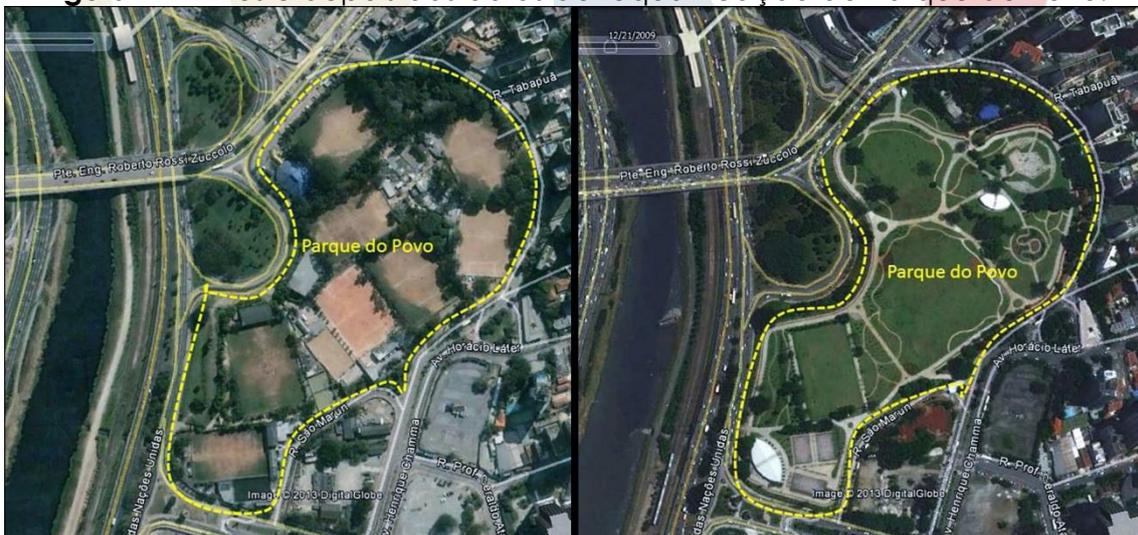
Partindo de uma perspectiva similar, Simone Scifoni (2013) visa problematizar a narrativa que legitimou as intervenções realizadas no Parque do Povo, tombado em 1995 pelo Condephaat¹⁹. Assim como o rio Pinheiros antes da sua canalização, a história do futebol de várzea no Parque do Povo é antiga e possui seus meandros. Com origem na década de 1930, distintos grupos começam a frequentar a região do Parque para a prática do futebol amador. Mesmo que introduzida originalmente pelas classes abastadas, rapidamente a atividade se difundiu entre as camadas populares da cidade. Com a autorização oficial das instituições proprietárias do terreno, diversos clubes amadores passaram a migrar para o Parque, que na década de 1960 chegou a possuir 14 campos.

¹⁹ O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico é um órgão subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

Scifoni (2013) esclarece que à medida que o processo de urbanização e a incorporação das várzeas enquanto espaço produtivo das urbes estendiam-se, o Parque do Povo foi se alicerçando como um espaço residual para o futebol de várzea. Quando o terreno foi a leilão em 1987, movimentos organizados por seus usuários e associações ambientalistas solicitaram a proteção do Parque, pois era um espaço de uso e apropriação social, que constituía-se como um lugar de vivência e fruição. Um verdadeiro lugar de lazer que não se deixava reduzir à lógica e aos interesses do mercado.

O dossiê de tombamento foi realizado por uma equipe multidisciplinar que contou com antropólogos, sociólogos, geógrafos, historiadores e biólogos. A autora afirma que a institucionalização acarretou no reconhecimento do futebol de várzea como uma prática social, ligada à dimensão do lazer e da sociabilidade, assim como, do lugar que serviu historicamente de suporte material para o desenvolvimento dessa atividade cultural. Porém, Scifoni (2013) alega que com a consolidação da região em uma nova centralidade do vetor oeste de São Paulo, projetos de requalificação do espaço ganharam força. As obras realizadas ao longo de 2006 resultaram na eliminação da causa principal do tombamento e na conformação de uma nova paisagem urbana (FIGURA 2). Durante a intervenção os campos foram demolidos, os moradores removidos e as sedes dos clubes derrubadas, transformando o local em um “espaço amnésico”, fruto das políticas de remoção e expulsão das camadas populares.

Figura 2 – Antes e depois das obras de requalificação do Parque do Povo.



Fonte: SCIFONI (2013).

Dando continuidade no estudo dos espaços patrimoniais, compostos de bens culturais futebolísticos imbuídos de valores de sociabilidade e fruição, Santos e Monastirsky (2012a; 2012b) realizaram duas publicações sobre o Operário Ferroviário de Ponta Grossa-PR. Com o intuito de avaliar o clube enquanto patrimônio e elemento imprescindível na construção da identidade local, os autores reiteram que a difusão do futebol pelo território nacional está intimamente associada à história da implantação da

ferrovia no Brasil.

Para Santos e Monastirsky (2012a; 2012b) o futebol reforça as diferenças de valores regionalistas, sendo também um produtor ativo de espacialidade e territorialidades. Assim, fragmentos do espaço urbano são apropriados pelos torcedores, tendo o estádio como seu principal representante, configurando-se como um lugar de representações, rituais e cerimônias. Um espaço que permite distintas manifestações culturais e a incorporação da diversidade de um clube de raízes proletárias.

Em suma, podemos dizer que os autores corroboram com as ideias de Toledo (2000), de que o futebol estabelece uma marca permanente na identidade cultural, lapidando o corpo e a alma dos torcedores com as temporalidades e ritmos do futebol. De todo modo, algumas ressalvas devem ser feitas a respeito da pesquisa efetuada, que realiza uma miscelânea confusa de perspectivas e correntes geográficas, além de subjugar, em alguns momentos, o patrimônio futebolístico à herança ferroviária.

Os dois últimos trabalhos deste eixo recaem sobre as formas como reconstruções realizadas nos estádios que sediaram jogos da Copa do Mundo de 2014 afetam o sentido de pertencimento desses lugares. Para obter uma compreensão mais clara sobre a destruição do patrimônio arquitetônico do Estádio Fonte Nova, em Salvador, Francisco Zorzo (2013) empreendeu uma pesquisa de abordagem interdisciplinar. O autor relata que manifestações populares contra a realização da reforma não foram suficientes para impedir a demolição e reconstrução do estádio. Zorzo (2013) alega que essa destruição ocorreu a custos elevados, além de ter acarretado na perda de funções sociais importantes desempenhadas pelo recinto. Nesse sentido, o autor vai pleitear contra a promoção do entretenimento esportivo acima da defesa do patrimônio e a favor de intervenções realizadas a partir de uma gestão democrática e com base nos preceitos da educação patrimonial.

Ao analisar o Estádio do Maracanã como um lugar de memória coletiva, Melo e Duarte (2016) estabelecem como foco os elementos arquitetônicos do estádio, conjuntamente com a manifestação lúdica do futebol e as relações interpessoais constituídas pelos torcedores. Construído na década de 1950 e reformado sucessivamente nos anos 2000, o estádio teve uma redução considerável na sua capacidade, além de uma divisão mais restrita entre setores e o fim da antiga geral. Com a demolição de boa parte de sua estrutura e da cobertura em 2010, apenas a fachada tombada do Maracanã foi mantida. Devido a esses fatos, Melo e Duarte (2016) concluem que mesmo após as consecutivas rupturas que deixaram vestígios consideráveis nos seus usuários rotineiros, os mesmos continuam a corporificar as vitórias e derrotas, os gestos e sentimentos, que dão sentido a esse espaço e o constituem como um lugar de memória.

Pensando nos estudos do homem e de seus trabalhos, contemporaneamente e ao longo do tempo, que damos início ao Eixo “História e Antropologia”. Sendo assim, abrimos a discussão com o primeiro trabalho publicado a respeito do temário em questão.

Magnani e Morgado (1996) abordam o reconhecimento do futebol de várzea como patrimônio cultural. Para inaugurar um debate que ainda era incipiente na época, os autores recordam que durante os anos 1990, houve uma mudança de valores relacionados ao patrimônio, fato que levou ao reconhecimento de elementos da cultura popular, como os terreiros de candomblé, quilombos, vilas operárias, entre outros.

Além dos fatores citados por Scifoni (2013) para o tombamento do Parque do Povo em São Paulo, Magnani e Morgado (1996) acrescentam que uma das principais justificativas para a patrimonialização foram a manutenção de uma área verde e da qualidade ambiental do bairro. Por trás desses argumentos, havia a consolidação da concepção do lazer como um direito social, sendo considerado importante preservar os espaços nos quais ocorriam práticas esportivas e recreativas. Destarte, o Parque do Povo seria o receptáculo de uma malha de relações, conservando as marcas de uma sociabilidade e até mesmo os conflitos daqueles que se utilizavam deste espaço. Na data de publicação, os autores ainda não sabiam das intervenções que ocorreriam no local, que viriam a descaracterizar o mesmo. De qualquer modo, deve-se ressaltar a associação assertiva do patrimônio futebolístico com o direito ao lazer e o direito à cidade. Por outro lado, percebemos que os autores ainda estavam arraigados a uma concepção limitada de patrimônio.

Mantendo o recorte espacial da zona oeste da cidade de São Paulo, Diógenes Souza (2014) busca refletir sobre o antigo Parque Antarctica²⁰ e sua importância enquanto espaço de lazer histórico. Segundo o autor, com o vertiginoso crescimento da cidade entre 1870 e 1940, a elite local passou a almejar por uma cidade mais moderna. Nesse âmbito, o campo esportivo foi um agente transformador da cidade e dos cidadãos. A Companhia Antarctica Paulista²¹ criou um espaço de lazer de 300 mil metros quadrados no final do século XIX, com o intuito de oferecer um local qualificado para seus funcionários.

Souza (2014), afirma que apesar de ser voltado para a elite paulistana, o espaço foi apropriado pela população para a prática do futebol de várzea. No local ocorreu o primeiro campeonato oficial de futebol do Brasil, em 1902, que futuramente viria a se tornar o estádio de futebol da Sociedade Esportiva Palmeiras. Deste modo, o autor alega que a industrialização ocorrida na cidade foi o elemento que desencadeou a demanda por espaços de socialização, entretenimento e lazer. Contudo, a pesquisa recai sobremaneira na história do clube, sem estudar a fundo o futebol como um bem cultural inserido na dinâmica viva do cotidiano popular (MAGALHÃES, 1997).

É exatamente com o intuito acima mencionado, que Raphael Ribeiro (2017; 2018) estudou o futebol amador de Belo Horizonte. Para o autor, o futebol apresenta-se como uma atividade esportiva e de lazer que produz laços sociais, cria vínculos de

²⁰ Atualmente Allianz Parque, arena multiuso construída para receber partidas de futebol e outros eventos corporativos e de entretenimento.

²¹ Antiga indústria do ramo de bebidas que a partir da fusão com a Companhia Cervejaria Brahma deu origem a Ambev.

pertencimento e fortalece a valorização do território. Ribeiro (2017; 2018) menciona que houve a tentativa de patrimonialização via projeto de lei municipal, porém dado o vício de origem, que transpunha o rito legal da preservação do patrimônio, o mesmo foi vetado. A *posteriori*, foi elaborada uma comissão em 2016 para fazer um inventário do futebol amador da capital mineira.

Assim, os resultados deste trabalho ainda estão por ser avaliados, porém já podemos mencionar como pontos positivos a realização de um inventário que conta com a participação de agentes da comunidade e parte da premissa que essa expressão cultural tem papel relevante na educação e formação cidadã. Para que se concretize como um caso de sucesso, após a identificação dos principais elementos relacionados ao bem; deve ocorrer uma indexação que resulte em memórias; e a efetiva devolução dos resultados deste trabalho para a comunidade; esperamos, assim, que essas diferentes etapas se intercomuniquem, gerando um processo de reflexão de nossa responsabilidade social sobre o patrimônio (MAGALHÃES, 1997).

Sob a égide do Museu do Futebol, localizado dentro do Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho (Pacaembu), Azevedo e Alfonsi (2010) almejam avaliar os desafios envolvidos na patrimonialização do futebol. Com grandes aspirações, o Museu busca refletir sobre as possibilidades de musealizar um fenômeno extremamente dinâmico. Nesse sentido, as autoras revelam que o espaço busca abrir mão de retratar o futebol em suas materialidades, levando em conta as inúmeras possibilidades encontradas na experiência sensorial do mesmo. Os gritos das torcidas, o chute na bola, os registros apaixonados de momentos históricos de torcedores e jogadores.

Azevedo e Alfonsi (2010) apresentam como este lugar de memória estampa o futebol como um marco identitário que emociona e cria pertencimento, seja ele clubístico, étnico, social ou nacional. Ao assumir o visitante como um produtor de memórias e experiências futebolísticas, o Museu possibilita que os mesmos desvelem o intangível do tangível. Sendo assim, as autoras rememoram a responsabilidade deste espaço em trazer as inúmeras facetas do futebol enquanto prática de esporte, atividade de lazer, fenômeno museológico e patrimônio legado à posteridade.

O frisson causado pela possibilidade da patrimonialização do futebol também é o tema da pesquisa de Felipe Tobar (2017). Diferentemente dos trabalhos anteriores, o autor vai pleitear pela salvaguarda do futebol e da seleção brasileira. Fazendo uma comparação, Tobar (2017) diz que o Hóquei no gelo é um elemento central na identidade canadense, assim como, o Rúgbi para a identidade irlandesa e o futebol para a identidade brasileira. O autor enuncia que diversos Projetos de Lei tramitaram na Câmara dos Deputados, visando a patrimonialização do futebol e da seleção. Porém, a maioria escondia interesses outros que não a salvaguarda dos bens em questão.

Ademais, em outras tentativas de reconhecimento via legislativo, ficou reconhecido não haver competência do mesmo sobre essa decisão, que deve recair sobre as instituições responsáveis nos âmbitos municipal, estadual e nacional. O

reconhecimento de um bem como patrimônio não implica meramente na atribuição de um título. Ele prevê o levantamento documental, a institucionalização, a divulgação das informações a respeito do bem, assim como o resguardo, a salvaguarda e a fiscalização do patrimônio protegido.

Naturalmente, nos exemplos em que elementos do futebol foram patrimonializados aos arrepios da lei – como foi o caso das torcidas de futebol no Rio de Janeiro e do registro do Remo e do Paysandu como patrimônio do estado do Pará – os bens acabaram esvaziados de valor cultural. Tobar (2017) declara que esses são exemplos cristalinos de estratégias voltadas para o ganho de capital político por parte de governadores, prefeitos e vereadores. Desta forma, o autor vai defender que o patrimônio futebolístico respeite a liturgia das instituições e preze a favor: das celebrações dos torcedores a caminho do estádio e nas arquibancadas; dos modos particulares de apoiar os clubes; das bandeiras, faixas, adereços e pinturas corporais; dos cânticos de incentivo, coreografias e mosaicos das torcidas; e, das comidas típicas de cada estádio do Brasil.

Para fechar o ciclo de trabalhos, finalizamos pelo começo. Assim como o primeiro artigo apresentado no primeiro eixo, a última obra analisada também tem seu objeto de estudo no Estádio do Maracanã. Rosângela Almeida (2014) elaborou sua tese com o propósito de analisar o conteúdo simbólico que faz do Estádio do Maracanã um patrimônio cultural alegórico no imaginário do povo brasileiro. Ao tecer uma malha complexa entre teoria e prática, metodologia e epistemologia, a autora preconiza que uma das razões da existência do estádio de futebol é ele se constituir como um espaço de recordação.

No processo de investigação, Almeida (2014) relata que antes da construção do estádio a região pertencia à Tijuca, bairro da zona norte do município. Erguido para a Copa do Mundo de 1950, o mesmo se tornou palco de inolvidáveis partidas de futebol e variados espetáculos culturais e artísticos. Tais eventos têm a capacidade de construir, reconstruir e reinventar o Maracanã a cada acontecimento. Por conseguinte, o estádio invoca lembranças e outros elementos subjetivos com a mesma regularidade que hospeda espetáculos esportivos.

A autora salienta que a atitude de torcedores emitindo vaias foi o que motivou o pedido de tombamento do Maracanã por parte de Marcos Vilaça, então Secretário do Ministério da Educação, durante uma visita ao estádio. Para além da questão física do mesmo, o encontro das pessoas, a aura dessa comunhão, toda a ritualística que o espaço emana, as manifestações em prol dos clubes, constituem a amálgama que faz do Maracanã um patrimônio. Singularidades e grandiosidade que consagram popularmente este estádio e que fazem muitos a aboná-lo como símbolo não somente do Rio de Janeiro, como de todo o Brasil. Ufanismos à parte, a verdade é que o Maracanã continua a incorporar novas camadas vivas de lembranças que auxiliam a construir sua memória particular.

Considerações finais

Ao repensar a configuração da produção de conhecimento nas humanidades sobre o futebol, buscamos ultrapassar as fronteiras que delimitam os objetos, métodos, conceitos e teorias que separam as disciplinas acadêmicas. Rompendo com as fragmentações, acreditamos ser possível construir uma consciência capaz de englobar a complexidade dos problemas contemporâneos envolvidos nessa temática. A partir de uma atitude científica que se preocupe com a ausência da criticidade e desconfie da veracidade de nossas certezas, talvez seja possível pensar novas metodologias de pesquisa que vão além do caráter instrumental, aspirando um campo epistemológico interdisciplinar que vise a síntese movediça entre razão e experiência.

O frenesi patrimonial tem alcançado o futebol, sobretudo nos níveis municipais e estaduais, deixando de lado elementos importantes atrelados ao mesmo, que prezam pela pluralidade, pela diversidade e pela diferença. Processos realizados de cima para baixo, eleitoreiros e sem a participação social, dificultam a consagração de um patrimônio futebolístico desperto para a consciência política e atento para conveniências econômicas. Assim, devem ser pensadas medidas que colaborem efetivamente para a proteção desse patrimônio, resguardando sua função social, gerando emprego e renda, mas evitando a sua espetacularização.

Acreditamos que apesar dos contrassensos e anacronismos encontrados em alguns trabalhos analisados, de um modo geral, os mesmos são extremamente relevantes, pois inauguram uma discussão ainda incipiente nos estudos do futebol. Ao avaliar o conjunto das pesquisas, podemos constatar que a institucionalização do futebol como patrimônio cultural poderia vir a ser uma forma de resgatar importantes aspectos culturais e de lazer dos brasileiros. Um patrimônio dinâmico, afetivo, comunitário, que nos afeta no ato de sua prática, seja por quem está jogando ou torcendo, presencialmente ou à distância. Um bem cultural que deve ser resguardado não como um sinal do passado ou a representação de um período, mas como um emaranhado, um emaranhado que une pessoas, objetos e lugares, possuindo um enorme potencial para produzir efeitos nos sujeitos envolvidos nessa interação. Uma manifestação cultural pulsante que pertence à substância e à realidade do mundo vivido.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosângela. **De copa a copa**: memórias do estádio de futebol Maracanã. 2014. Tese (Doutorado em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

AZEVEDO, Clara; ALFONSI, Daniela. A patrimonialização do futebol: notas sobre o Museu do Futebol. **Revista de História (USP)**, v. 163, p. 275-292, 2010.

BRITO HENRIQUES, E. **Cultura e Território, das Políticas às Intervenções**. Estudo Geográfico do Patrimônio Histórico-arquitetónico e da sua Salvaguarda. 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

CAPEL, Horacio. **El Patrimonio: la construcción del pasado y del futuro**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2014.

CAVALCANTI, Maria L. Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil: estado da arte. *In*: FONSECA, Maria Cecília Londres (Org.). **Patrimônio Imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais**. Brasília: Instituto Brasileiro de Educação e Cultura, 2008. p. 11-36.

CHAGAS, Mário. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *In*: TOLENTINO, Átila Bezerra. (Org.). **Educação Patrimonial - educação, memórias e identidades**. Caderno Temático 3. 1.ed. João Pessoa: Iphan, 2013. v. 3. p. 27-31.

CHIMENTO, M. R. A retórica da perda e a questão do patrimônio no futebol padrão Fifa: o caso do Maracanã. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais**, v. 7, p. 104-118, 2016.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP/Estação da Liberdade, 2001.

D'ONOFRE, D.; BARBOSA, J.; FERNANDES, L. Futebol, o Patrimônio Imaterial da Cidade Maravilhosa: o carioca e sua fome de gol. **Itinerarium**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 1-27, 2009.

FONSECA, Maria Cecília. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

FRANÇA, J.; VASCONCELLOS, A. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 8.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

GAMMON, S.; RAMSHAW, G. (Ed.). **Heritage, Sport and Tourism. Sporting Pasts. Tourist Futures**. Londres: Routledge, 2007.

HEALEY, M. e HEALEY, R. How to conduct a literature search. *In*: CLIFFORD, N. VALLENTINE, G. (Eds.). **Key Methods in Geography**. Londres: Sage, 2016. p. 16-34.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo? a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MAGNANI, J. e MORGADO, N. Tombamento do Parque do Povo: futebol de várzea também é patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Ministério

da Cultura - Brasil, v. 24, 1996.

MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras**: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MASCARENHAS, Gilmar. A goleada do capital sobre a memória coletiva: o “bota abaixo” no patrimônio esportivo. *In*: DOMINGUES, J. e TELLES, M. (Org.). **Memória, patrimônio cultural e a questão urbana no Rio de Janeiro**: contradições, conflitos e desafios. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital/FAPERJ, 2019.

MELO, N.; DUARTE, C. Além das reformas: reflexões sobre o lugar de memória do Maracanã pelo viés da ambiência. **Arquitextos**, São Paulo, v. 1, p. 1-17, 2016.

MELO, V. A.; PERES, F.; FONSECA, V. Patrimônio esportivo: um tema de investigação. **Projeto História**, PUCSP, v. 59, p. 261-284, 2017.

OLIVEIRA, N. A.; LOPES, A. S. O futebol como patrimônio nacional cultural. **Revista Produção em Foco**, v. 5, p. 105-118, 2011.

PAZ, Sérgio. **O futebol como patrimônio cultural do Brasil**: estudo exploratório sobre possibilidades de incentivos ao turismo e ao lazer. 2009. (Tese de Doutorado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo-USP, São Paulo, 2009.

PAZZETTO, Vilma. **Pesquisa na internet**: uma abordagem através da metodologia científica. 2003. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil, 2003.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil**: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

RIBEIRO, Raphael R. Futebol de várzea é patrimônio? **Ludopédio**, v.113, 2018. Disponível em: <https://www.ludopedio.com.br/arquibancada/futebol-de-varzea-e-patrimonio/>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

RIBEIRO, Raphael R. Futebol amador: história, memória e patrimonialização. *In*: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - CONTRA OS PRECONCEITOS: HISTÓRIA E DEMOCRACIA, 29, 2017, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPUH, 2017.

SCIFONI, Simone. Parque do Povo: um patrimônio do futebol de várzea em São Paulo. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 125-151, 2013.

SANTOS, E. R.; MONASTIRSKY, L. B. Operário Ferroviário Esporte Clube: Patrimônio Cultural de Ponta Grossa. **Ra'e ga**, UFPR, v. 24, p. 52-68, 2012a.

SANTOS, E. R.; MONASTIRSKY, L. B. Identidades e símbolos construídos na geopolítica do futebol: o caso do Operário Ferroviário de Ponta Grossa (PR). **Esporte e Sociedade**,

v. 7, p. 71-96, 2012b.

SILVA, Eliazar. **A taça do mundo é nossa**: o futebol como representação da nacionalidade. Governador Valadares: Ed. Univale, 2006.

SOUZA, Diógenes. **Parque Antártica**: um patrimônio do Lazer na Cidade de São Paulo no Início do Século XX. 2014. Monografia (Bacharelado em História). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2014.

TOBAR, Felipe. **O futebol brasileiro no “jogo” da patrimonialização cultural**: uma análise interdisciplinar sobre as relações de poder. 2017. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade). Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2017.

TOLEDO, Luiz H. **No país do futebol**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

VASCONCELOS, Eduardo. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. 6 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

ZORZO, Francisco. A cultura urbana contemporânea e os estudos interdisciplinares – O caso do patrimônio cultural ligado aos megaeventos esportivos dos anos 2010. **Políticas Culturais em Revista**, v. 6, n. 2, p. 14-27, 2013.

Endereço para correspondência

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. UFMG/EEFFTO.
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627. Campus - Pampulha – Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901.

Recebido em:

28/08/2020

Aprovado em:

29/11/2020